
O ENSAIO NA ÉPOCA DA MORTE DO ENSAIO

The essay in the epoch of its death

Alcir Pécora¹

RESUMO: Este texto tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca do gênero textual ensaio e suas implicações no âmbito acadêmico, por sua vez, sujeito às condições sociais, políticas e históricas de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensaio; Escrita acadêmica; Universidade pública.

ABSTRACT: This text aims to present a reflection on the essay as a textual genre and its implications in the academic sphere, in its turn, subject to the social, political, and historical conditions of its time.

KEYWORDS: Essay; Academic writing; Public university.

INTRODUÇÃO

Para falar de escrita acadêmica, parece-me interessante fazer intervir na discussão ao menos três questões implicadas no assunto: primeiro, a situação mais geral vivida pela universidade pública hoje, tanto no Brasil, como no exterior; segundo, a situação particular enfrentada pelas áreas de Humanidades, incluindo a questão do financiamento das suas pesquisas; terceiro, a natureza particular do ensaio, o gênero que está no núcleo da escrita nas várias áreas das Humanidades.

Examino, a seguir, cada um desses pontos.

A CRISE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Conquanto possua raízes antigas e medievais, a reflexão contemporânea sobre a universidade está balizada pelos debates constituídos em meados do século 19, a partir sobretudo de um livro decisivo: *The Idea of*

¹ Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP), livre-docente e professor titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (1A).

a *University*, de John Henry Newman, publicado em Londres, em 1852. Muitos outros estudiosos escreveram sobre o assunto desde então, a ponto de ser razoável imaginar um gênero discursivo particular a receber a denominação de “ideia de Universidade”. É justamente isso o que propõe o inglês Stefan Collini, autor de *What are Universities for* (Londres, Penguin, 2012) e, mais recentemente, de *Speaking of Universities* (Londres, Verso, 2017), dois livros importantes que fazem um diagnóstico duro da universidade inglesa, que tem passado por transformações radicais, no âmbito de um presente conturbado e marcado por uma perspectiva de mercado.

A compreensão da “ideia de Universidade” como gênero, para Collini, é importante por dois motivos-chaves. O primeiro é o de acentuar um traço comum desses discursos, que vem mesmo desde os tempos da sua fundação, com Newman. De um jeito ou de outro, os autores que pensam a Universidade, mesmo quando têm posições frontalmente opostas – como aqueles que a querem dedicada exclusivamente à pesquisa, sem vínculos com demandas externas, ou os que a desejam integrada às necessidades da indústria ou do progresso social –, acabam igualmente por entender o presente dela como um momento de declínio.

Este dado nostálgico de origem, muitas vezes, pode ser inconveniente para uma análise lúcida da situação contemporânea da Universidade, sobretudo quando conduz a uma mitificação do passado, mas, dialeticamente, não deixa de evidenciar um segundo ponto decisivo do gênero, que diz respeito à necessidade que a própria Universidade tem de, periodicamente, suspender a sua rotina, as suas atividades corriqueiras de ensino, a fim de repensar a sua própria natureza e os objetivos nucleares para os quais se deve voltar. É esta, aliás, a razão principal de chamar ao seu livro de “*Speaking of...*”, pois justamente pretende valorizar esses momentos de conversa nos quais se suspende a prática universitária, mesmo quando bem sucedida, em favor de uma reflexão voltada sobre si mesma.

“Falar sobre”, isto é, parar para pensar, repensar-se em seus propósitos, estaria, portanto, no coração da vida da Universidade e erraria quem desdenhasse essa conversa como inútil ou como fenômeno estranho ao trabalho universitário mais decisivo. Portanto, animo-me a falar aqui estimulado, antes de mais nada, pelo reconhecimento de que a conversa sobre a Universidade é uma atividade absolutamente própria da Universidade, ainda quando traga o inconveniente do tom amargo ou melancólico.

Também é verdade que, dado esse viés nostálgico entranhado no discurso sobre a Universidade, um tema como o do “ensaio”, gênero textual sobre o qual pretendo me estender, arrisca tomar a forma de “a morte do ensaio” e invocar a tópica antiga do *ubi sunt*. Algo como: “onde está aquele ensaio que estava entre nós e agora desapareceu?”; ou: “Onde está aquela vibração intelectual que não sentimos mais diante dos pobres textos

acadêmicos de hoje?” Aplicada desta maneira, a tópica participa genericamente de uma apologia humanista que tende a fornecer uma resposta idealista e reativa diante de um tempo de crise. Imagina-se, então, outra universidade, que teria sido melhor do que a de hoje, onde vicejariam ideias e valores mais justos do que os do mundo contemporâneo, consumido pela onipresença da mercadoria.

Outra vertente desta “fala sobre a universidade”, não menos nostálgica, é expressa por autores que defendem valentemente o valor da inutilidade. É como se as Humanidades – sede do saber daquela velha universidade, agora considerada obsoleta – tivessem essa beleza própria do não-sei-quê: uma qualidade meio mágica, aquém ou além dos diversos pragmatismos contemporâneos, que valoriza qualidades intelectuais e lúdicas que valem por si e, exemplarmente, que não se associam diretamente a esforços produtivos ou a ganhos financeiros.

No entanto, as transformações do presente são demasiado radicais para serem ignoradas tanto na novidade como na originalidade com que se mostram e inviabilizam qualquer tentativa de retorno aos velhos bons tempos. A primeira dessas mudanças radicais a considerar é a produzida pela globalização. Hoje, qualquer reflexão sobre a universidade passa por implicações internacionais impensáveis antes. O cenário de discussão deslocou-se para um contexto muito mais amplo e interdependente, que atinge diretamente a forma como pensamos e escrevemos. Essa dimensão globalizada é rigorosamente incontornável e, por si só, impede qualquer tentativa de retomar os modelos interpretativos praticados até pouco tempo atrás, que se baseavam fundamentalmente numa perspectiva local e nacionalista. Nesse contexto de transformação radical, uma visada desse tipo aparece como necessariamente acanhada, e mais ou menos restrita a um projeto de época, cuja importância tem de ser considerada historicamente e não mais como forma adequada de pensar os problemas contemporâneos.

Uma segunda transformação que parece impossível de ser abstraída do presente que vivemos é a das inovações tecnológicas, que alterou completamente as atividades mais básicas do pesquisador. Basta pensar, para dar um exemplo simples, a alteração sofrida pela ideia de publicação. No meu tempo de estudante, o tempo passado entre a produção e a publicação era considerável. E não apenas o tempo da produção era mais distendido, com prazos menos curtos e ameaçadores do que hoje: havia também uma história complicada entre a produção e a publicação, na qual se passava por muitos crivos, desde o das autoridades acadêmicas até o dos veículos de divulgação. Ninguém pensava em se autopublicar, em nenhum tipo de plataforma: nem digital, nem impressa. E sequer se pensava em publicar antes de manter consigo muito tempo o escrito, lentamente parido e timidamente confiado, primeiro, aos colegas mais próximos, depois, ao

orientador, para quem sabe algum dia chegar a uma revista ou jornal. Hoje, o intervalo entre escrever e publicar é muito menor, mesmo que as revistas prestigiosas sejam rigorosas em suas práticas de avaliação.

Essa quase supressão do tempo entre produção e publicação vai muito além dos artigos científicos: atingiu os hábitos mais corriqueiros. É difícil imaginar qualquer um de nós, mesmo os mais velhos, passando muito tempo longe dos emails, dos aplicativos de conversa, das redes sociais etc. E os mais resistentes a isso arriscam sentir-se já um pouco fora do contemporâneo. Quer dizer, o fato de que quase todo mundo – no meio acadêmico e fora dele – acostumou-se a ter computador e celular à mão altera profundamente as relações pessoais, além de alterar a forma de fazer ciência. Altera também a nossa ideia de escrita, de comunicação, de sociabilidade e até do que imaginamos como personalidade mais íntima.

O tipo de mudança radical de que estou falando não pode ser superada com o sonho de retorno a velhos modelos. Ela precisa ser pensada dentro da crise particular que suscita. Notem que não estou dizendo que o mundo de agora seja bom ou que é preciso aceitá-lo como está. É evidente que não se trata de um mundo fácil, e parece mesmo em vias de testemunhar acontecimentos capazes de piorá-lo, o que o torna também um mundo alarmado, assaltado por paranoias, como todos sabemos por experiência e não apenas por ouvir dizer.

Um terceiro ponto de virada radical do presente no qual se insere a universidade surge dentro de um andamento político claro no contexto ocidental: a Universidade sai da segunda guerra com predominância de uma perspectiva na qual se fortalece o Estado como instrumento de bem-estar social, para uma outra em que o núcleo das decisões está balizado pela economia ou por uma verdadeira “sociedade de mercado”, a ponto de quase não haver espaço isento da sua presença. E o que mais espanta atualmente é que, quando ocorre alguma brecha nesse transbordamento dos negócios para a vida comum, o que vem à tona frequentemente está longe de permitir algum alívio. Surgem ressentimentos populistas e anti-intelectualistas muito agressivos, que revelam posições toscas de ultranacionalistas e fanáticos que, por exemplo, pretendem a submissão da política à religião ou simplesmente reivindicam vingança contra os que representam o “sistema”, aí incluídos os intelectuais e as Universidades. O quadro incrivelmente raivoso dos novos fundamentalismos que se apresentam como “antissistema” –, mas que, de fato, são basicamente antidemocráticos –, sugere mesmo que não é impossível que, num futuro próximo, tenhamos saudades do cosmopolitismo laico do capital.

De modo que, nos novos tempos, os cálculos de custo-benefício, de enxugamento da máquina, de arrecadação e de investimento, enfim, de compra e venda – ainda que muitas vezes sem produto, mas apenas

produtivismo formal –, apresentam-se em todas as relações sociais, e não apenas no ambiente profissional econômico. A Universidade não é poupada de nada disso, nem mesmo no que diz respeito à liberdade de cátedra ou ao seu mais íntimo pacto de aprendizagem entre professor e o aluno.

Como detalha Collini, especialmente nas universidades melhor ranqueadas do mundo, o aluno comporta-se cada vez mais como um cliente que tem exigências a ser contempladas pelo professor. E o professor, por sua vez, como a própria ideia de universidade, aproxima-se da figura de um fornecedor, que tem de manter as prateleiras fornidas de coisas utilizáveis de imediato, segundo a demanda dos estudantes, geralmente determinada, por sua vez, pelas demandas de mercado. Diante disso, o que fazer? A assumir a ética do bom comerciante, estamos obrigados a não contrariar o cliente –, mas isso é precisamente o oposto do que se pode admitir no âmbito de um processo educacional, cuja formação exige muitas vezes a contradição de crenças e preconceitos alimentados na vida ordinária.

Por enquanto, isso parece menos evidente nas universidades públicas brasileiras, mas como usualmente o que passa aqui são precarizações tardias do que acontece nas Universidades americanas, não é de duvidar que logo vamos nos sentir da mesma forma: os professores assustados diante do protagonismo das demandas estranhas às suas disciplinas, e os alunos igualmente contrariados por não ter os seus direitos de consumidor ou de contribuinte respeitados.

Enfim, tudo isso para justificar e exemplificar o que já havia dito no início: é imprescindível que, ao “falar sobre a Universidade”, ao repensar uma “ideia de universidade”, tenhamos em vista as mudanças radicais ocorridas ultimamente a fim de podermos interferir no futuro dela ou, para dizê-lo de forma mais dramática, a fim de que a Universidade pública possa ter algum futuro. Não há dúvida, contudo, que essas mudanças todas – globalização, tecnologia virtual e sociedade de mercado – resultaram numa situação inteiramente nova para a Universidade, a ponto de já não haver sequer consenso sobre a pertinência da ideia que a fundou. Antes, com todas as crises que atravessou, a Universidade não precisava de justificativa para existir porque parecia evidente a todos o seu papel decisivo na construção da riqueza material e espiritual da nação. Pois, agora, não mais. A Universidade tem de provar seguidamente que é útil, para quê e para quem. E o sentido mais paradoxal dessa prova é o de ter de justificar a Universidade com razões ajustadas ao novo absolutismo da sociedade de mercado, quando é justamente aí que ela perde importância.

Ter olhos para as mudanças, entretanto, só é relevante num sentido bem diverso do que o de submeter a Universidade à imposição arbitrária do mercado, ou o de entregá-la a uma imaginação saudosista do *illo tempore*: trata-se, ao contrário, de saber o que pode ser feito de mais eficaz para

preservar a Universidade pública diante da abrangência e da gravidade dos problemas que a atingem.

A CRISE DAS HUMANIDADES

Outro enquadramento que me parece necessário para dar uma resposta à questão atual da escrita acadêmica passa pela compreensão do tipo de crise que as Humanidades atravessam. Existem dilemas evidentes, como o do enxugamento dos currículos e a exclusão de disciplinas aparentemente sem emprego ou utilidade. É conhecido o caso do fechamento do curso de armênio, na Usp, mas hoje o colapso tende a se expandir para vários outros cursos de pós-graduação, como os do grego antigo, assim como o de outras línguas e culturas que não parecem capazes de justificar-se com base num critério de vinculação imediata com o presente. Aliás, potencialmente, com o seu pequeno apelo pragmático, as Humanidades como um todo estão em situação de risco, isto é, sob suspeita de inutilidade. E as agências que as financiam tampouco escapam da acusação de desperdício de verba pública, como a lançada contra a Fapesp recentemente pelo sempre muito zeloso Governador Alckmin.

Também não é novidade a constante restrição das bolsas que nos atinge. Para dar uma ideia concreta da situação a partir do Programa de Pós do meu Departamento –, que tem nota 7, vale dizer, a máxima da Capes – neste ano, de 2018, para um total de 28 alunos ingressantes no mestrado, houve 11 bolsas disponíveis (6 Capes, 5 Cnpq). No doutorado, a situação foi pior: para 24 ingressantes, apenas 3 bolsas (3 Cnpq e zero Capes). E não é que seja apenas um ano azarado, basta observar-se os ciclos das bolsas: a quota inteira do ciclo de dois anos de mestrado para o Departamento de Teoria é de 16 bolsas Capes e 10 Cnpq; a do ciclo do doutorado, de quatro anos, é de 10 Capes e 18 Cnpq. Ou seja, no mestrado, considerando-se a média de ingressantes, nem 50% dos alunos recebem bolsa. No caso do Doutorado, é pior: apenas 25% dos ingressantes serão bolsistas. Isso, se não forem verdadeiros os boatos alarmantes que nos atingiram desde o dia 2 de agosto próximo passado, que dão conta de que, a partir de meados de 2019, já não haverá verba alguma da Capes para bolsas de pós-graduação.

A continuar assim, pode dar-se aqui a tendência já descrita nos Estados Unidos de haver nas Humanidades um predomínio de estudantes oriundos das classes mais ricas. A perda de financiamento deve levar a que as suas vagas sejam preenchidas por quem não dependa de bolsa. Quem sabe, proximamente, estudar Humanidades se torne uma distinção de classe. E esse processo deverá precipitar-se caso se verifique no Brasil a mesma tendência já consolidada na Inglaterra, por exemplo, onde, como mostra Collini, o

varejo do financiamento passou para o sistema de empréstimo privado. Neste, cada aluno busca obter junto a bancos privados ou estatais os recursos para bancar os seus estudos, devendo pagá-los, mediante taxas variáveis de juros, com os proventos advindos do exercício de sua profissão. Quer dizer, o estudante até que entra cedo no mercado, mas antes de mais nada como o proprietário ansioso de uma dívida.

Esse novo sistema impacta todas as áreas, mas nas Humanidades é especialmente brutal. Se o princípio da inserção é a dívida e, nas áreas de Humanidades, são poucos os postos oferecidos que não tenham baixa remuneração, é também provável que o aluno encontre muita dificuldade em pagar o empréstimo que fez. Ou seja, uma vez implantado o sistema privado, o efeito mais previsível será o de que os estudantes endividados privilegiem carreiras que permitam de forma mais segura ou mais rápida o pagamento do montante que emprestou. Isso leva naturalmente a algum esvaziamento do interesse pelas Humanidades, onde as garantias de recuperação dos gastos são menos óbvias.

Há outro ponto, quase num sentido contrário, a considerar, que nem por isso nos é favorável. Fapesp, Capes e CNPq hoje são órgãos decisivos para a Pós-Graduação, e é fundamental defendê-los dos governantes que consideram verbas vinculadas a grande desgraça dos orçamentos. No entanto, a dependência das Universidades em relação às agências não ocorreu sem que, para as Humanidades, restasse um problema residual: a forma de gerenciamento do trabalho acadêmico implantada por elas levou a uma generalização do modelo de pesquisa das *hard sciences*, o que gera um problema crônico de adaptação para as áreas de Humanidades. A própria concepção de ciência, assentada sobre a noção de “pesquisa” – e não de “estudo”, “cultivo” ou “erudição”, por exemplo –, apesar de hoje parecer amplamente naturalizada, continua problemática. Basta reconhecer que boa parte do que é chamado de “pesquisa” entre nós não passa de metáfora de pesquisa, porque são poucas as investigações que respondem por técnicas quantitativas e etapas pré-determinadas em ambientes controlados e com *corpus* definido.

Daí decorrem complicações de toda ordem. Por exemplo, quando, desde a iniciação científica –, já de si com uma concepção problemática nas Humanidades porque especializa precocemente –, exige-se dos bolsistas apresentação de trabalhos em congressos científicos, associação a grupos de pesquisa de área ou a projetos temáticos incentivados pelas próprias agências. Ou seja, as agências acabam atribuindo a si mesmas o papel de fornecer selos de qualidade da pesquisa, mais até do que a formação do aluno na sua Universidade. Além disso, a exigência de ligação com associações de área reforça na prática uma precedência epistemológica do trabalho coletivo, que está longe de ser óbvia nas Humanidades, onde nunca pode ser negligenciada

a relevância do estudo individual, solitário, passado exclusivamente entre o estudante e o livro.

Entretanto, a exigência mais forte das avaliações dos projetos submetidos às agências, mesmo nesses níveis iniciais da formação, tem sido a de publicação. Tenho observado que todo aluno se sente obrigado a isso, o que não deixa de ser um contrassenso nas Humanidades, uma vez que, nelas, o ingresso mais sólido está assentado na experiência e acumulação de saber, isto é, no ganho de erudição, e não na publicação de pequenos textos introdutórios ou redundantes em relação ao que já está amplamente partilhado. Critérios desse tipo, disseminados entre as agências, afastam o estudante da ideia de formação básica, extensiva ou generalista que é decisiva nas Humanidades, e tendem a minimizar a importância de leituras abrangentes em favor das publicações específicas que se vê compelido a fazer.

Os lugares de publicação são, por sua vez, cada vez mais hierarquizados, nos quais os primeiros postos são ocupados por periódicos internacionais e de preferência em língua inglesa. E obviamente se os periódicos ganham importância, eles próprios, por sua vez, passam a fornecer aos estudiosos os modelos desejáveis de divulgação científica. E assim como as agências têm um modelo de boa pesquisa, as revistas internacionais importantes também têm um modelo de escrita acadêmica.

Posso ilustrar o que quero dizer com um caso pessoal. Na Unicamp, fui um dos criadores do “Espaço da Escrita”, um órgão que providencia a tradução por falantes nativos dos textos de professores que quisessem publicar em revistas internacionais. Acontece que, no desenvolvimento do órgão, segundo as demandas dos docentes, não era apenas a tradução que surgia como relevante e sim o aprendizado do tipo de redação usualmente aceita por essas revistas. Para responder a esse tipo de demanda, foram criados então cursos sobre redações científicas de acordo com os padrões das principais editoras de revistas científicas – claro, sempre com modelos predominantes nas áreas de Exatas –, os quais, para minha surpresa, desconfiado de qualquer manual em matéria de estilo, tiveram (e ainda têm) enorme procura.

Se esse tipo de escrita acadêmica padronizada ainda é incipiente nas Humanidades, não há dúvida de que esse modelo tenderá a crescer e a ser balizado pelo manual de redação das revistas internacionais de prestígio, controladas por grupos privados sediados nos países de língua inglesa. E estou chamando atenção para esses fatos, não porque pretenda denunciá-los ou recusá-los *in totum*. Quero apenas atentar objetivamente para o fato de que, bem considerada a natureza das áreas de Humanidades, tais modelos não deveriam ser adotados irrestritamente, pois entre nós, estilo, autoria, língua portuguesa, textos longos e digressivos ainda fazem sentido. Nos primeiros

anos de formação universitária, especialmente na graduação e no mestrado, a melhor opção para os propósitos das Humanidades, não é a publicação, mas a leitura ampla, o estudo muitas vezes derivado do simples gosto, que incita ao comentário livre e não sistemático.

Outro item que me parece distorcido nas agências em relação às Humanidades é o da definição e pertinência dos objetivos dos trabalhos, que parece desfavorecer objetos antigos. O problema óbvio está em supor que uma matéria com ampla bibliografia – pensemos numa obra clássica qualquer: Homero, Dante ou Vieira, por exemplo --, não admita mais novidade e que, em vez disso, devêssemos buscá-la em novos objetos culturais. No entanto, nas Humanidades, como sabemos, a novidade do trabalho acadêmico não está condicionada pela novidade do objeto. É possível ser banal ao falar de assuntos novos, como é possível ser original ao investigar objetos antigos, com fortunas críticas abundantes. Uma abordagem forte de um objeto muito conhecido pode fazer com que ele ganhe novas possibilidades de investigação, e mesmo, que a sua revisão altere todo o quadro das pesquisas contemporâneas.

Há outro prejuízo notável a considerar: abdicando das referências do passado, adere-se continuamente aos novos objetos, sem considerar o lugar relativo que ocupam dentro de um espectro mais amplo de cultura, o que, no limite, também impossibilita ou enfraquece a crítica. Numa perspectiva presentista, não há sequer como avaliar o “novo”, pois, como observa o crítico russo Boris Groys, esta é uma noção que apenas existe como exigência da longa duração da cultura e dos objetos artísticos. Quando se insiste muito na novidade, no original, no último, frequentemente trata-se de uma aproximação indevida já não apenas da ideia de “descoberta” das Ciências Exatas, mas mesmo, temo, do funcionamento do sistema de mercado, como se objetos culturais antigos saturassem a praça e novos modelos devessem ser continuamente oferecidos.

Ainda nesse tópico da dependência da universidade em relação aos modelos predominantes nas agências de fomento, penso que se tem produzido uma obrigação artificial de interdisciplinaridade. Valorizam-se, por exemplo, os chamados “grupos temáticos”, os quais, muitas vezes, tomam a feição oposta de hipersegmentação e hiperespecialismo, em que cada um faz uma pequena parte de um estudo mais amplo. Ocorre que, no caso das Humanidades, o processo de segmentação raramente funciona. A visão abrangente do campo cultural tende a ser mais esclarecedora que a junção de etapas ou partes descritas isoladamente.

Outro ponto problemático de adesão às técnicas de investigação das áreas exatas diz respeito a certas aplicações da tecnologia digital. Graças à disponibilidade delas, introduzem-se cada vez mais nos estudos de Humanidades funções quantitativas – gráficos, estudos de frequência,

mapeamento de ocorrência etc. Não é proibido, claro, nem mesmo indesejável. O que é indesejável é que esse tipo de mapeamento justifique o abandono de estudos que entram no mérito da obra, como se houvesse uma crescente indistinção entre objetos quantificados, que valem pela simples ocorrência, e o valor (seja literário ou filosófico) das obras. Entretanto, “valor” é o conceito-chave da interpretação e não há como resolvê-lo sem o enfrentamento crítico das obras.

Estas novas situações são quase todas difíceis, incômodas e, por isso mesmo, podem reforçar o viés nostálgico do pensamento sobre a Universidade. A rigor, pensando sobre o que lhes disse nesta comunicação até agora, apesar de todas as precauções que tomei, percebo que a simples enumeração dessas novas situações bastam perfeitamente para me caracterizar como mais um nostálgico do gênero da “ideia de Universidade”. Pois está claro que nenhuma dessas mudanças incontornáveis de que falei mudou significativamente a nosso favor.

Mas se é verdade que também eu capitulo diante da determinação um tanto tristonha do gênero que pensa a Universidade, gostaria ao menos de evitar um segundo estágio da melancolia, o de viés catastrofista. Cair nele encerrar-nos-ia definitivamente num cômodo apertado entre a saudade dos bons tempos e a ansiedade do fim. Quando essas duas afecções se juntam, resta-nos apenas a nostalgia da extinção, que tudo devora e reduz a pós-.

UMA IDEIA DE ENSAIO

E, no entanto, o que temos a nosso favor, conquanto não advenha de mudança recente alguma, não é pouco. E o melhor: continua ao nosso alcance. Falo do gênero de escrita que é próprio da atividade intelectual nas áreas de Humanidades e que absolutamente continua central nelas: o do ensaio. É nele precisamente que efetuamos o gênero da “ideia de Universidade”. Não quero dizer que o ensaio, por si só, seja uma alternativa a perspectivas acabrunhantes, como as que citei até agora, pois não se define por elas, mas sim que o ensaio continua apto a produzir os melhores trabalhos em nossa área.

Ou seja, a despeito das contingências desfavoráveis que atingem a Universidade, parece-me ainda justo dizer que o gênero de escrita acadêmica que está no cerne da atividade intelectual de um crítico literário ou de um filósofo não está superado por outro gênero mais tecnológico, nem está impossibilitado por nenhum desses dados que apresentei. Então, para encerrar a minha fala de maneira menos infeliz ou alarmada, falo agora um pouco do ensaio.

Para começar, não quero recuar a Montaigne e a outros autores que delimitaram o gênero ainda no primeiro período moderno. Fiquemos no contemporâneo, para encurtar a tarefa. Um ótimo ponto de partida é fornecido pelo crítico português Abel Barros Baptista num capítulo de seu livro intitulado *De Espécie Complicada* (Coimbra, Angelus Novus, 2010), cuja leitura recomendo vivamente. Aí, para falar do aspecto do ensaio que lhe interessa, Abel considera o célebre conto “A Carta Furtada”, de Edgar Allan Poe – muito conhecido também porque citado num debate entre Lacan e Derrida. Abel o explora, entretanto, sob uma ótica original, contrapondo, a partir de seu enredo, as noções de “ensaio” e de “teoria”.

Como sabem, Auguste Dupin, talvez o primeiro grande detetive intelectual, resolve os crimes mais complicados quase sem levantar-se do sofá do seu escritório. O inspetor de polícia que lhe pede ajuda é um funcionário aplicado, um policial treinado, mas seguramente incapaz de acompanhar a fineza de raciocínio do Dupin. Os detalhes da história não importam muito aqui, mas se trata basicamente de uma carta íntima, pertencente a uma influente senhora de sociedade, que fora furtada de sua casa e que, se não fosse recuperada rapidamente, tornaria não apenas essa senhora vulnerável a chantagens, mas todo o núcleo do governo onde o marido dela ocupava lugar central. A polícia sabe, além disso, que o roubo fora cometido por certo ministro inescrupuloso, que não hesitaria em usá-la em proveito próprio. Ou seja, logo no início do conto, já sabemos qual era o objeto do furto e quem era o autor dele. Apenas não se fala explicitamente sobre o conteúdo da carta, mas está claro que se trata de um caso secreto, possivelmente amoroso, o qual, uma vez revelado, poderia trazer graves consequências para a Senhora e também para o governo atual do país.

Zeloso de suas habilidades profissionais, o Inspetor-Chefe diz a Dupin que só recorre a ele por desespero, após ter usado as técnicas de rastreamento mais apuradas, e não ter logrado nenhum sucesso. Mais precisamente, a polícia já entrara às ocultas três vezes na casa do ministro, revirado a casa inteira, do assoalho ao teto, mas não encontrara rastro da carta furtada. O que intrigava ainda mais o Inspetor-Chefe era a sua certeza de que o ministro não havia retirado a carta da casa, pois os agentes o tinham monitorado desde o início, além de ter-lhe feito várias revistas de surpresa, sem nada achar. Apenas nessas circunstâncias extremas, quando as suas técnicas habituais de localização de objetos mostraram-se incapazes de encontrar a carta, o comissário resolveu-se a, enfim, apelar para as habilidades de Dupin.

A investigação policial de rotina se associa, portanto, a um conjunto bem determinado de valores: as regras, o treinamento, a prática repetida, tudo o que ordena o trabalho investigativo e pode ser reaplicado a cada novo crime. É assim que o Chefe de Polícia lê para Dupin um minucioso relatório

sobre tudo o que fora feito e também sobre a aparência do documento perdido, no qual se percebe que o princípio de ordenação da sua pesquisa estava fundado sobre a ideia de espaço quantificado. Se pensarmos, com Abel Barros Baptista, que esta é a “teoria” que suporta a ação policial, o que poderia fazer Dupin, como alternativa ou contraponto a ela? Para começar, é preciso acentuar que ele não despreza os relatórios, nem tampouco duvida da qualidade do treinamento policial. Ao contrário, Dupin ouve e lê o relatório atentamente, e, após negociar o quanto a Senhora estaria disposta a pagar pela recuperação da carta, pede para que lhe seja imediatamente preenchido o cheque no montante combinado, pois tão logo recebesse a sua recompensa, já estaria em condições de restituir-lhe a carta furtada. Assim, de pronto, como num passe de mágica, ele efetivamente resolve o caso.

A questão mais atraente do conto, portanto, é descobrir como ele conseguiu esse feito. O que implica também em saber qual o problema da técnica aparentemente tão exata do policial, e como Dupin fora capaz de superá-la. Ficamos sabendo das respostas, a partir das explicações que o próprio Dupin dá um amigo próximo –, pois Poe, muito antes de Watson ser concebido, já havia inventado uma personagem que servia de escada para a caracterização da argúcia do seu investigador. Diz ele:

A polícia parisiense – disse ele – é excessivamente hábil no seu ofício. Seus agentes são perseverantes, engenhosos, sagazes, e inteiramente versados nos conhecimentos que sua profissão principalmente exige. (...) As medidas, pois – continuou ele –, eram boas no seu gênero, e bem executadas. Seu defeito jazia em serem inaplicáveis ao caso e ao homem. Certo grupo de recursos altamente engenhosos é, para o Chefe de Polícia, uma espécie de leito de Procusto ao qual tem de forçosamente adaptar os seus planos. Mas ele erra, sem cessar, por ser demasiado profundo ou demasiado raso no assunto em questão, e muito menino de colégio raciocina melhor do que ele.

Então, pode-se compreender como Abel Barros Baptista transfere o *plot* do conto para produzir uma ideia de ensaio, contrapondo-o às regras que organizariam a teoria policial baseada no princípio de quantificação. Assim, em termos positivos, o aspecto mais característico do ensaio seria dado pela noção de “identificação” – Dupin imaginou como agiria aquele ministro particular e nenhum outro, em vez de simplesmente aplicar a neutralidade da regra sobre o esconderijo de objetos furtados, como fez a polícia. Se eu quisesse aplicar à questão um vocabulário retórico antigo, talvez pudesse dizer que Dupin acentuou em seu raciocínio a exigência de superar a forma genérica do discurso tratando de “aplicá-lo ao caso” e mais particularmente

de ajustá-lo à “pessoa” envolvida. A polícia tinha uma boa teoria, ótimos métodos, excelentes treinamentos, mas ela estava organizada de modo a confiar na generalidade impessoal deles, não no temperamento singular do suspeito.

A resolução do caso foi possível porque Dupin, superando a perplexidade a que conduziu a teoria, ensaiou um gesto de interpretação, cuja chave residia numa personalidade peculiar. No conto, Dupin explica justamente que a polícia errara o alvo por não considerar a possibilidade de que, com seu caráter ousado e desafiador, o ladrão escondesse a carta no lugar comum destinado a todas as cartas que não estavam escondidas. Projetando-se na personalidade do ladrão, Dupin percebeu que ele apenas teria êxito em escondê-la, disfarçando o esconderijo, ou, enfim, deixando de escondê-la. Melhor: escondia-a, de fato, dispondo-a no único lugar que não poderia servir como esconderijo, apenas modificando a sua aparência externa, com pequenas alterações no timbre e no nome do destinatário. Diante daquele lugar usualmente destinado a cartas, os policiais apenas passaram os olhos sobre elas, sem prestar-lhes a mesma atenção que a todo o resto da casa, tomado como potencial esconderijo. Assim, ao pressupor improvável esconder-se a carta onde as cartas estão usualmente expostas, a polícia perdeu o jogo.

Dupin, entretanto, não pensava em termos de teoria. Conhecia bem o ministro e até tinha sido vítima dele em outra disputa. O que estava no cerne de seu raciocínio investigativo, em face da situação que precisava ser resolvida, era a intelecção de um único antagonista. Na perspectiva de Abel Barros Baptista exatamente assim operaria a forma do ensaio: nesta, não se trata de considerar a lógica das regras que sedimentam a teoria, mas de buscar “a melhor forma de proceder com argúcia e imaginação” no caso particular. Ainda mais radicalmente, ao final de seu texto, articula fortemente a investigação ensaística à criação literária: “O ensaio não é o conhecimento disfarçado de literatura – é a literatura disfarçada de reflexão, análise, conhecimento”.

De minha parte, gostaria de me aproveitar desse belo ensaio do crítico português em duas novas direções. A primeira é que, a meu ver, o tipo de “disfarce” próprio do ensaio apega-se à obra, à sua irreduzibilidade como forma, de tal modo que não pode haver interesse real na produção de uma metalinguagem que se sustente fora dela. A imaginação do ensaio apenas pode durar enquanto parasita a experiência da própria obra. O que o leva para fora dela, seja uma teoria autônoma ou um diagrama quantificado, não pode resolvê-la. Quero dizer: o ensaio tem de saber parar antes de tornar-se um método geral de análise, pois isso mesmo o alienaria da obra que pretende elucidar. O ensaio postula uma hipótese estritamente individual da obra, só se contenta com o que a obra tenha de singular. Isso significa que o ensaio é

fundamental nas Humanidades exatamente porque dramatiza uma relação pessoal e intransferível.

No ensaio, portanto, não pode haver solução teórica do enigma, pois é justamente o ato de intromissão em sua singularidade que o pode resolver. Assim, sem querer dar um salto otimista na situação sinistra das Humanidades, não deixa de haver um ganho epistemológico na compreensão das transformações únicas que vivemos atualmente. Elas podem ajudar a perceber o que sempre esteve em jogo, mas era menos evidente num tempo de normalização teórica e de maior confiança na metodologia para dar conta de qualquer questão ou objeto, a saber, que, nas Humanidades, a inteligência não descobre nada alheio ao seu próprio envolvimento no jogo.

Isto dito, adianto a segunda direção que gostaria de derivar da situação proposta por Abel Barros Baptista, a saber, que o movimento do ensaio vai no sentido não de um mapeamento exterior do objeto, mas de um movimento autoral do intérprete. E aqui gostaria de retomar o conto do Poe para acentuar um aspecto que costuma passar despercebido na leitura dele. Eu já havia mencionado de passagem que Dupin não apenas resolveu o caso objetivo, mas também vislumbrou a chance que há muito esperava de se vingar de uma disputa anterior em que fora ludibriado pelo mesmo ministro ambicioso. E foi totalmente bem-sucedido em seu propósito: recuperou a carta, ganhou dinheiro com ela e ainda se deu ao luxo de matar a curiosidade do ladrão “a respeito da identidade da pessoa que o tinha excedido em astúcia”, da qual seria “uma pena não lhe dar um indício”. E quando o seu interlocutor lhe pergunta se deixara alguma carta pessoal endereçada ao ladrão, no lugar da que fora furtada, Dupin responde que deixara apenas uma carta em branco, com dois versos transcritos nela, o que seria suficiente para identificá-lo aos olhos do astucioso ladrão. E explica: “Ele conhece muito bem a minha letra”.

O conto termina, portanto, não com a simples recuperação da carta, mas com uma espécie de assinatura de Dupin, a sua letra, a evidenciar que vencera o duelo de inteligências que se travava ali, o que estava muito além da disputa sobre o roubo que mobilizara a polícia. Ou seja, Dupin não apenas elucida o enigma, mas constrói uma autoria: aquela intervenção fora sua e de ninguém mais, e o antagonista deveria saber disso. Dupin, portanto, não é apenas o detetive que resolve o caso, mas o nome que se inscreve no cerne do jogo, que o assina afinal, dando-lhe, a partir daí, uma configuração indistinta de sua própria intervenção.

Pois é exatamente essa ideia simples que gostaria de deixar aqui: nada substitui o ensaio enquanto atividade primordial de nossa área, porque ele significa o reconhecimento da singularidade da forma, e também porque é próprio dele inscrever uma autoria igualmente única dentro dessa forma. O ensaio, pois, implica no movimento de criação de uma autoria no âmbito

mesmo do problema a ser resolvido, o que, por definição, implica em retirar o caso da regra e devolvê-lo a uma situação única em que o investigador tem de encontrar o seu papel, produzir uma assinatura, criar uma autoria para si.

Assim, um ensaio bem-sucedido é menos uma explicação de um problema anterior do que a constituição dramática da autoria de um problema. A autoria, de resto, é tudo o que torna a atuação de Dupin coerente com a sua intervenção no caso, pois, em analogia com a natureza do ensaio, ela só tem sentido se for ação assinada, ao passo que na ação do Inspetor-Chefe a assinatura se dissolve no método, no procedimento, na rotina. A autoria, portanto, é o que reforça o princípio de legitimação do ensaio nas Humanidades. E quando digo isso quero dizer que, no final das contas, não se trata de “pesquisa” – nunca entre nós se tratou essencialmente de pesquisa, de metodologia, de análise ou de *corpus* --, mas sim de conquistar uma autoria reconhecível, deixar uma marca algures que os outros, competentes na nossa área, não podem deixar de reconhecer.

Mas isso é o começo de uma nova conversa.

Data de recebimento: 7 fev. 2020

Data de aprovação: 10 jun. 2020